

Longe Demais das Capitais

Era dezembro de 1986. Na 99-FM, entre *Longe Demais das Capitais* (*Engenheiros do Hawaii*) e *Alvorada Voraz* (RPM), noticiava-se a inauguração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15, para os íntimos).

Maria de Lourdes (Lurdinha, para os amigos) não prestara atenção na notícia – tinha 25 anos, era surda às publicidades institucionais e estava a pensar no que faria com a gratificação natalina. O Tribunal nascia com “38 Juntas de Conciliação e Julgamento”. “*Diabéisso?*” – Lurdinha teria se perguntado. Com o rádio tocando ao fundo, em uma confecção no bairro Cambuí (que ainda não tinha sido completamente transformado pela inexorável especulação imobiliária), Lurdinha costurava com a maestria de quem aprendera na infância o ofício pela tradição de uma vasta linhagem de costureiras paraibanas.

Francisco, seu *paíno*, não a viu nascer. Pedreiro de colher cheia, veio a São Paulo fazer pé-de-meia. Chorava todo dia as faltas que na solidão sentia. Não afogava saudade na aguardente: o cansaço de verdade já era entorpecente. Gastava só o suficiente. À família o resto do dinheiro. Analfabeto, sabia mais que engenheiro. Ergueu tão alto o concreto, sem cinto amarrado e sem saber do risco... De andaime mal assentado caiu Francisco. “Quebrei a perna, eu acho”. Nenhuma lágrima. *E isso lá rima com cabra macho?* Quebrou também uma costela e a bacia. “Foi culpa de ninguém” – dizia.

O patrão, Demétrio, providenciou para que Esmeralda, esposa de Francisco, viesse cuidar dele e o promoveu a mestre de obras. As más línguas diziam que Demétrio fez isso para não ser “posto no pau” – expressão comum na Capital, onde havia um bem assentado tribunal. Mas Campinas estava longe demais daquela realidade. A verdade é que Demétrio precisou voltar a cuidar de tarefas que Francisco absorvera sem esperar (nem receber) qualquer bônus. Ficar sem Francisco era seu temor real.

Francisco não descansava. Em uma de suas empreitadas, levantou um ateliê para o alfaiate Laerte. E foi para Laerte que Lurdinha, aos 14 anos, começou a trabalhar como “ajudante”. Laerte nunca a chamou de empregada – não por medo “do pau”, mas por um tipo de etiqueta social, dessas que separam “honorários” de “pagamento”. Lurdinha puxou ao pai: absorveu várias tarefas – limpava, cozinhava, pregava botões... “Minha pupila” – Laerte passou a chamar.

Foi em 1986 que o ateliê de Laerte se tornou confecção. Com o consumo frenético, na euforia do *Plano Cruzado*, as boutiques encomendavam centenas de

peças. Laerte adquiriu outras cinco máquinas de costura e contratou três novas costureiras: Célia, Maria do Socorro (Corrinha) e Esmeralda, mãe de Lurdinha.

Ao som daquele rádio, Lurdinha pensava na gratificação natalina quando Laerte a chamou. Ele deu o último e profundo trago, soltando longamente a fumaça pelo nariz, e explicou que as contas não estavam fechando e que não teria dinheiro nem para pagar o salário de dezembro. Laerte não era desleixado.

Mesmo com o fim da ditadura, as ondas do rádio ainda evitavam noticiar desabonos sobre o governo – embora tocassem os vaticínios da música. Com o *Cruzado II*, a inflação veio voando, voraz, na alvorada. A situação de Laerte era irremediável. Dispensou todas, prometendo que daria um jeito de pagá-las. Cada uma foi para seu canto – ninguém tinha telefone e era mais difícil manter contato.

Laerte sumiu. Passou Natal, Ano Novo. Lurdinha já tinha se conformado: nunca mais o veria. Perto do Carnaval, adivinhe só quem ela encontrou de manhãzinha numa loja de aviamentos no Centro. Laerte? Não: Corrinha.

Corrinha disse que fora à Justiça – a audiência seria em nove dias. Explicou onde ficava o prédio. “É pertinho daqui. Bora!” – disse, dando um empurrãozinho. “Oxe! *Painho* trabalhou neste prédio” – reparou Lurdinha ao chegar. Na recepção, um vogal se apresentou como tal – elas entenderam “advogado”. Não era função dele recepcionar, mas, naqueles tempos, todo mundo fazia de tudo. Ele esclareceu dúvidas e agendou a audiência para a mesma data e horário da de Corrinha. Lurdinha convenceu Esmeralda a fazer o mesmo – foi incluída na mesma pauta. Lembraram-se também de Célia, mas não tinham notícias dela.

Na audiência, adivinhe quem apareceu. Célia? Não: Laerte. Ninguém precisou pagar advogado. De um lado da mesa, elas, acompanhadas de um vogal. Do outro, também com seu vogal, Laerte – que se conteve para não comentar que o paletó do funcionário era obra sua. Para os dois lados, os vogais faziam perguntas simples que as partes respondiam com muita franqueza, sem argumentações ou retóricas ensaiadas – nada a ver com o que passava na novela *Roda de Fogo*. Elas descobriram direitos que nem imaginavam – mas não sentiam que Laerte teria condições de pagar. Laerte sentia-se sem chão. Dos dois lados, pouca expectativa de solução.

A juíza entrou na sala – esbaforida, de mãos dadas com a filha de sete anos. “Perdoem o atraso” – precisou buscar a menina na escola e comer às pressas em um restaurante. “Acreditam que o cozinheiro tirou foto comigo?” – falou com surpresa genuína. Não imaginava que, depois de revelada, a foto

ficaria ao lado da do Caetano Veloso – isso jamais aconteceria em *Sampa*. Apresentando a filha, explicou: “Eles são vogais...”. Metade dos presentes pensou: “e quem são as consoantes?”. A menina, franzindo o cenho, foi a única que teve a coragem de perguntar em voz alta: “e quem são as consoantes, Mamãe?” – todos riram. Além da descontração, depois de algumas perguntas, a magistrada trouxe luz ao conflito: talvez Laerte tivesse como pagar...

O acordo foi celebrado: Lurdinha aceitou duas *Singer* para quitação do contrato. Esmeralda e Corrinha ficaram com cortes de tecido como pagamento. E Laerte saiu da sala sentindo que tinha mais do que quando entrou: esperança de recomeçar com o que lhe restou e a dignidade restaurada por saber que não devia mais nada a ninguém – antes de sair, enquanto ainda apertava a mão de seu vogal, tocou na lapela e, com a voz embargada, disse: “Eu que fiz...”

“O crime da mala, Coroa-Brastel, o escândalo das *jóias*” – a música ainda está tocando ao fundo, mas 40 anos se passaram. Certos acentos e vogais não existem mais. A confecção de Lurdinha, que começou com aquelas máquinas, emprega, com carteira assinada, seis costureiras – eram quatro antes da pandemia; contratou mais uma para a demanda por máscaras de tecido; depois, outra para a enxurrada de encomendas de uniformes escolares. As notícias – não mais pelas ondas do rádio, mas pela teia da Internet – dão conta de que o TRT-15 cresceu junto com Lurdinha, tornando-se o segundo maior tribunal trabalhista do Brasil – ou primeiro, nos quesitos que mais importam.

“Nesse mundo assim, vendo esse filme passar”, sob rumores de que não vingaria, o TRT-15 nasceu: longe das capitais, mas perto das pessoas. Nasceu pequeno – como nasce tudo o que é vivo –, engatinhando, improvisando, experimentando, aprendendo a resolver conflitos da virada do século. Nasceu em plena transição democrática, sem saber ao certo onde estava nem para onde iria – como tudo o que é humano. Nasceu em meio a planos econômicos efêmeros, inflação descontrolada, trabalhadores sem consciência de seus direitos, empregadores sem recursos para honrá-los... nasceu sob muita pressão e em meio ao caos – como nascem as estrelas.

Sisenando Braga Naves Gomes Trindade Calixto

Técnico Judiciário